

INDÍGENAS OPERÁRIOS: NOVAS DINÂMICAS E SIMBOLOGIAS NOS PROCESSOS DE LUTA PELA TERRA NO SUL DO BRASIL

João Carlos Tedesco¹

Henrique Kujawa²

Resumo: O texto analisa aspectos da experiência laboral de indígenas no mercado de trabalho externo, na forma assalariada, em particular, em frigoríficos no norte do Rio Grande do Sul e no meio-oeste de Santa Catarina. São indígenas que estão demandando terras nessas regiões e que, como forma de pressão, organizam-se em acampamentos próximos da área agrícola em questão. A intenção do artigo é perceber as múltiplas dimensões dos recursos financeiros, obtidos com o trabalho externo, na luta pela terra e na sociabilidade do agrupamento. A pesquisa de campo foi feita diretamente em alguns frigoríficos e em alguns acampamentos das referidas regiões. Concluímos que o trabalho e os recursos externos produzem ambiguidades, tensões, adaptações, diferenciações e auxílios, na luta pela terra, na identidade indígena e na cotidianidade dos acampamentos. Revelam ser dimensões para além da lógica financeira, fruto de situações precárias de vida em múltiplos âmbitos e de estratégias de manutenção da luta social.

Palavras-Chave: Indígenas; Trabalho assalariado; Conflitos sociais.

WORKERS BRAZILIAN INDIANS: NEW DYNAMICS AND SYMBOLOGIES IN THE PROCESSES OF STRUGGLE FOR LAND IN SOUTHERN BRAZIL

Abstract: The text analyzes the limitations of indigenous labor experience in the external labor Market, in salaried form, in particular, in slaughterhouses in the north of the Rio Grande do Sul and in the midwest of Santa Catarina. They are brazilian natives who are demanding lands in these regions and, as a form of pressure, organizes themselves in camps near the agricultural area in the camp. The field research was done directly in some slaughterhouses and in some camps of the mentioned regions. We can conclude that work and external resources produce ambiguities, tensions, adaptations, differentiations and aid, in the struggle for land, in the indigenous identity and in the daily life of the camps. They reveal dimensions beyond financial logic, the result of precarious situations of life in multiple spheres and strategies to maintain social struggle.

Keywords: Brazilian indians; Salaried work; Social conflicts.

* O artigo é fruto de um projeto de pesquisa sobre "Conflitos Agrários no Norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores", projeto esse financiado pelo Edital Capes/2015 - Memórias brasileiras - conflitos sociais; projeto esse interinstitucional e sob a coordenação de João Carlos Tedesco.

¹ Doutor em Ciências Sociais; professor do PPGH/UPF; jctedesco@upf.br.

² Doutor em História; professor do Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo da IMED; Email: kujawa@imed.edu.br

Introdução

Não é incomum indígenas exercerem atividades laborais remunerativas na forma assalariada fora do espaço da aldeia/reserva (CAVALHEIRO, 2015). As atividades desenvolvidas, as intencionalidades, as causalidades e as espacialidades são múltiplas, diversificadas e, não monocausais. Nesse sentido, culturas hibridizam-se, representações sociais e simbologias das identidades indígenas alteram-se; a absorção do movimento mercantil, da dinâmica do consumo e trocas da sociedade capitalista tornam-se centrais no acervo cultural de grupos sociais considerados tradicionais (PIRES, 1975).

A Constituição de 1988, ainda que tenha reconhecido o multiculturalismo, imprimiu dimensões assimilacionistas, reduziu boa parte da tutela e advogou a autonomia dos povos indígenas. Em razão disso, instituições mediadoras e protetoras se eximiram de algumas ações ou reduziram seu papel junto aos indígenas (SILVA, 2015). Esse processo, aliado aos limites e precariedades econômico-financeiras vivenciadas no cotidiano das reservas indígenas e muito mais acrescidas nos acampamentos, deixou os grupos indígenas em situação de vulnerabilidade ainda maior em termos de autossuficiência, pois a pretensa ausência de tutela não foi acompanhada de melhoramentos das condições de vida e de políticas étnico-sustentáveis. Isso vem produzindo múltiplas trajetórias, deslocamentos, demandas por terra, inserções sociais múltiplas de membros isolados e/ou grupos indígenas.

É uma realidade que revela complexidade, mas, acima de tudo, processos sociais presentes de forma ampla na sociedade atual, tanto da realidade cotidiana indígena, quanto do mundo do trabalho e suas transformações recentes. Os limites da geração de renda e de novas alternativas de vida no interior das comunidades indígenas estão, em boa parte, na base que conduz esse processo. Os bloqueios fundiários, o crescimento demográfico nas aldeias, as possibilidades e pressões da sociedade de consumo, a ausência de políticas públicas efetivas e a precariedade econômica e étnico-sustentável, são vivenciadas por eles e induzem novas dinâmicas de auto-sustentação. No cenário dos acampamentos indígenas, formados para pressionar a desapropriação da terra, não há maiores alternativas de trabalho e de ganho para os que os compõem.

INDÍGENAS OPERÁRIOS: NOVAS DINÂMICAS E SIMBOLOGIAS NOS PROCESSOS DE LUTA PELA TERRA NO SUL DO BRASIL

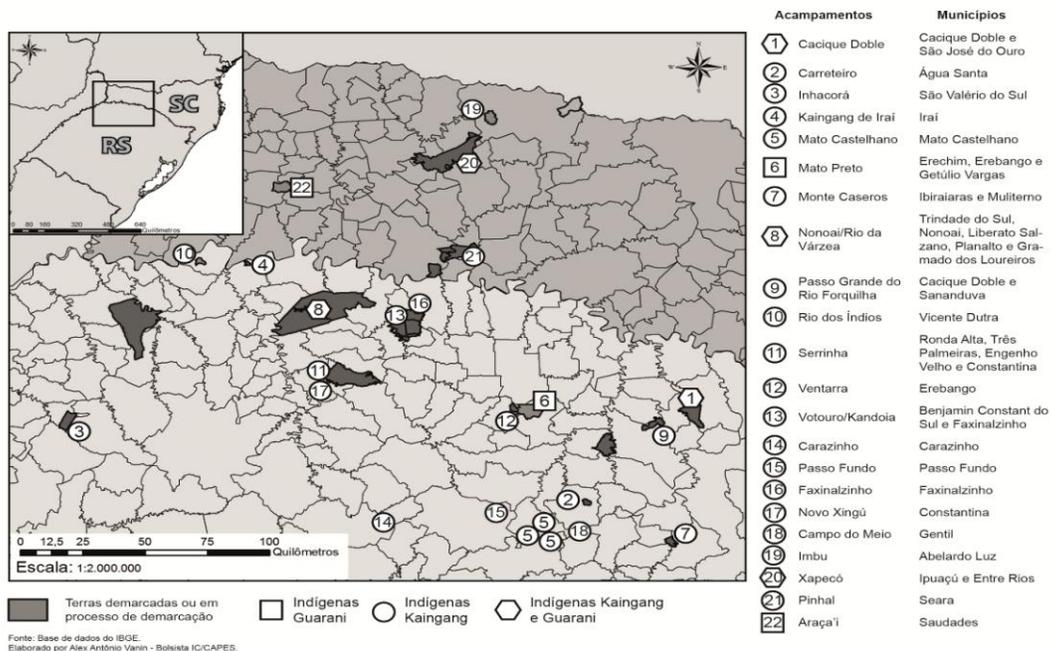
Nossa intenção é analisar alguns dos processos, relações e concepções envolvidas e produzidas nos grupos indígenas acampados a partir do trabalho externo, na forma assalariada, em atividades urbanas, em particular, em frigoríficos do centro-norte do Rio grande do Sul e do meio-oeste de Santa Catarina, os quais lutam para, como eles dizem, “reaver suas terras”.

Há quase duas dezenas de acampamentos e/ou “comunidades indígenas”, como alguns são denominados pelos seus membros, nas referidas regiões. Segundo informação de um líder de sua organização, os agrupamentos todos compõem-se de, aproximadamente, 2.000 indígenas.³ A busca por trabalhos externos, em particular, nos frigoríficos das referidas regiões, revela ser a dinâmica nos últimos cinco anos, configura um nicho de trabalho, o qual envolve atividades braçais, expedientes noturnos, setores com grande contingente de trabalhadores e dificuldade de encontrar mão de obra para algumas das atividades desenvolvidas em seu interior.

O norte do Rio Grande do Sul e o meio-oeste de Santa Catarina são espaços históricos de parcialidades indígenas, ambos formavam um amplo território kaingang, o qual permitia trocas e interrelações entre os grupos (SIMONIAN, 1985). Matas de pinhas, cursos de rios, erva mate, dentre outros aspectos ligados à ocupação do território, favoreceram essa presença dos kaingang. Em razão dessa presença de longa data, os conflitos nesse território também se apresentam, na atualidade, em grande quantidade, pois foram muitos os aldeamentos e as reconfigurações políticas em torno da terra na região. Há mais de duas dezenas com os processos administrativos em andamento. As causalidades desse processo são várias, porém, todas convergem para as políticas de reocupação, colonização e apropriação da terra, principalmente entre meados do século XIX e do XX.

³ Informação obtida em contato com liderança indígena num acampamento próximo de Passo Fundo. O interlocutor é um dos responsáveis pela organização das comunidades que lutam pela terra no centro-norte do Rio Grande do Sul.

Figura 1: Mapa de alguns dos conflitos de luta pela terra no norte do RS e meio-oeste de SC, espaços de nossa pesquisa de campo



Fonte: Projeto de pesquisa “Memórias Brasileiras – conflitos sociais” – Edital Capes/2016.

Há vários espaços de trabalho sendo absorvidos pelos membros dos grupos indígenas acampados. Na sua grande maioria localizam-se no espaço urbano próximo dos acampamentos. Os mais expressivos são os sazonais em colheitas de maçã, uva e erva mate (essa última, no período de inverno, que é seu pico extrativista). Os mais efetivos também são desenvolvidos por mulheres indígenas em atividades domésticas em casas de famílias urbanas, mas, principalmente, no setor frigorífico. Nesse último setor, na sua maioria, são homens, em atividades de intenso uso braçal, como nos informou, em entrevista, um responsável pelo setor de carregamento e descarregamento de frango de uma dessas instalações.

Tendo presente essa realidade laboral, nossa intenção é entender algumas relações que se produzem na esfera do grupo social e não tanto no universo das relações de trabalho nas

empresas frigoríficas.⁴ A situação de acampado e de indígena que luta pela terra, entendida por eles como de “ocupação tradicional”, mas que é apropriada, ocupada e trabalhada por agricultores, transfere para o indígena operário de indústria alguma especificidade. Alguns espaços de trabalho não lhes são concedidos, como visto em um dos acampamentos em que havia indígenas e também quilombolas que auxiliavam no carregamento de frangos em aviários no norte do estado do Rio Grande do Sul e que, por estarem envolvidos nessa “questão da terra”, não conseguiram dar mais sequência ao trabalho. Isso foi visto também no meio-oeste de Santa Catarina em relação, principalmente, no setor cooperativo e cerealista, nos quais havia indígenas trabalhando e foram demitidos em razão de estarem demandando terras na região.

Nossa pesquisa foi efetivada em vários momentos dos últimos cinco anos que estamos pesquisando sobre as lutas sociais envolvendo indígenas, quilombolas e agricultores.⁵ Em nossas indagações, havia sempre o questionamento sobre as formas de obter os recursos para subsistir nos acampamentos, as fontes de receita das famílias, as estratégias de sobrevivência, as práticas de trabalho externas, etc. Por isso, muitas das nossas indagações foram produzidas no interior de outras demandas de pesquisa, as quais em geral, estruturavam-se em torno do tema da demanda fundiária e suas lutas. De uma forma mais específica, estivemos em sete acampamentos para conversarmos mais especificamente sobre o tema, entrevistando lideranças indígenas e membros dos grupos que trabalham em frigoríficos,⁶ bem como em três empresas frigoríficas. Conseguimos também auxílios de mediadores religiosos e lideranças de movimentos sociais e pastorais em algumas entrevistas com lideranças (em geral, caciques) e também com trabalhadores indígenas no interior de acampamentos.

Nossas indagações giravam em torno dos motivos que conduziam os indígenas acampados a buscar espaços de trabalhos externos, das estratégias adotadas para o deslocamento até os frigoríficos, das possíveis diferenciações internas entre os que

⁴ Tivemos muita dificuldade de pesquisa de campo em razão de desconfianças e temores relacionados ao campo trabalhista, bem como “por serem índios”, como nos disse uma responsável pelo setor de recursos humanos de um frigorífico. Nossa maior dificuldade deu-se no interior das empresas, muito mais do que no interior dos grupos indígenas. Informamos que, por opção, alteramos o estilo da transcrição de narrativas para o formato gramatical e não o coloquial dos indígenas em razão de favorecer a compreensão do leitor, fazendo um grande esforço para não alterar sentidos expressos pelos interlocutores.

⁵ Ver um dos últimos livros sobre o tema, TEDESCO, J. C.; KUJAWA, H. A. *Conflitos agrários no norte gaúcho: índios, negros e colonos*. Porto Alegre/Passo Fundo: Letra & Vida/IMED Editora, 2013.

⁶ Não serão identificados os sujeitos das interlocuções, nem as empresas que pesquisamos. Serão identificados como “entrevistado n° tal”.

trabalhavam na forma assalariada em tempo permanente e os que não o faziam, da dinâmica do dinheiro na vida das famílias, das possíveis mudanças internas na sociabilidade no interior do acampamento em razão dos tempos de trabalho, etc. Na esfera empresarial, entramos em contato com o setor de recursos humanos, bem como com dois chefes de setor onde havia indígenas trabalhando. O conteúdo desenvolvido nessas circunstâncias de pesquisa girava em torno do tempo de contratação de indígenas, especificidades deles e de seus espaços de trabalho, possíveis diferenciações no tratamento, assimilação da atividade, vínculos e integração com não-indígenas, etc. Enfim, tentamos adotar algumas estratégias de pesquisa que nos propiciariam entender alguns dos elementos que envolvem essa realidade laboral e os seus efeitos no interior do grupo social em questão, principalmente no que tange às ações e projeções de luta pela terra.

Estruturamos o texto, primeiramente, analisando alguns aspectos gerais sobre o trabalho externo indígena e os processos que ocasionam essa decisão; posteriormente, abordamos aspectos do cotidiano vivido pelos indígenas no acampamento em razão da necessidade do trabalho externo, em particular, em frigoríficos, e, por fim, a dinâmica do dinheiro adquirido pelo trabalho externo nas famílias, na sociabilidade grupal e na luta social.

Indígenas e o trabalho assalariado

O território que definimos como cenário da luta pela terra, envolvendo indígenas e agricultores, revelam ser um espaço complexo, de grande expressão histórica da reconfiguração da terra, da reocupação do espaço, dos processos produtivos e das políticas públicas ligadas aos indígenas e ao desenvolvimento agrícola. Múltiplos sujeitos sociais estiveram presentes nesse espaço, manifestando contradições da propriedade da terra, do capital fundiário, ações dos agentes públicos, de agroindústrias e outros expoentes do capital voltado ao meio rural. Só é possível entender as atuais demandas indígenas se tivermos presentes os vários processos históricos de ação do estado, via políticas indigenistas, de reconfiguração da apropriação da terra, das colonizações e ações de colonizadoras, dos projetos de modernização agrícola, dentre outros, os quais se fizeram presentes na região desde meados do século XIX e se intensificaram nas primeiras décadas do século XX com os aldeamentos e a tentativa de integração dos indígenas no *modus vivendi* dos não indígenas.

As atuais demandas envolvendo a propriedade da terra entre indígenas e agricultores já se arrastam por mais de duas décadas sem uma solução em evidência. Muitos dos conflitos do passado, condensam-se nesses atuais em razão de processos não resolvidos e mal feitos, em geral, pela esfera pública, por latifundiários e grandes pecuaristas. Há, nesse conflito, concepções de injustiça, de violência, de expulsões, de discriminações, etc., entre os grupos envolvidos. Há, também, pressão demográfica sobre uma porção considerada reduzida da terra, dentre outros aspectos ligados aos relacionamentos e convivências sociais e grupais que foram se constituindo no decorrer do tempo e que são expressivos da sociedade maior e que se revelam em âmbito regional e se manifestam com mais intensidade em situações conflituosas. Na realidade, os atuais conflitos colocam frente-a-frente grupos sociais numa grande tensão e alteração em seus cotidianos de vida, sociabilidades, culturas, expectativas de sobrevivência e perspectivas em geral.

Questões históricas, de fatos ligados às políticas públicas e aldeamentos, de ordem jurídica, argumentos em torno ao esbulho indígena ou não, da presença imemorial, do fato de que, no período de aquisição da terra pelos agricultores (alguns até há mais de 100 anos) não havia indígenas e que eles já estavam aldeados, de que são oriundos de “troncos velhos” (CARINI, 2005: 45), que habitavam essas regiões dos dois estados e que constituíram pequenas comunidades resistentes à pressão pública pelos aldeamentos, dentre muitos outros aspectos, formam o rol das narrativas e do conteúdo presente nos laudos técnicos de ambos os grupos. A memória de saberes, de sociabilidades, de vínculos culturais (cemitérios, ocas, sacrifício do trabalho em tempos passados, importância da mata, etc.) também faz parte dos horizontes argumentativos.

Nesse campo de disputas, de um lado, há um grupo situado no local e que busca se defender frente aos processos administrativos constituídos para viabilizar a demanda indígena pela terra; de outro lado, há os que acampam próximo da terra demandada e, na impossibilidade de plantar no reduzido espaço ocupado, buscam alternativas de trabalho e de sobrevivência familiar e grupal, bem como das necessidades da luta social, em espaços urbanos de seu entorno, como assalariados. Essa sua identificação social (de alguém que demanda terra já apropriada por não-indígenas), sua provisoriamente de habitação e localização geográfica, produzem inúmeras situações-limites e precárias. E isso se reflete na subsistência familiar. Uma entrevistada nos disse que “por sermos acampados, eles acham que vamos tirar

a terra de todo mundo, que somos inimigos dos colonos, daí ninguém vem comprar nossos artesanatos aqui” (Entrevista com indígena em acampamento, n. 13). Isso pode se refletir em vários espaços e reduzir ainda mais as possibilidades de renda deles.

Ainda que os trabalhadores indígenas sejam, como nos disse em entrevista uma responsável pelo setor de recursos humanos de um frigorífico, “tratados de igual para igual, como qualquer outro trabalhador”, eles se inserem num cenário totalmente produzido pelo não-indígena, com regramentos, disciplina temporal e atividades, em grande parte, estranhas a sua realidade.

Uma entrevistada do setor de recursos humanos disse que “a gente nem fica sabendo se são de acampamentos ou não, ou o que faziam antes. Para a empresa, o importante é o desempenho aqui dentro e, ao que se tem informação, eles fazem bem”. Ela nos disse que não há reservas de vagas, diferenciação salarial, nenhum tratamento diferenciado, que a empresa coloca os indígenas trabalharem juntos em setores de carga e descarga por acharem que eles “se entendem melhor”, mas que, no geral, “não há nenhum preconceito e até agora não houve nenhum atrito com os brancos” (Entrevista com responsável pelo setor de recursos humanos de um dos frigoríficos, n. 15).

Uma entrevistada do setor de recursos humanos de uma empresa, por telefone, comentou, quando indagada sobre as especificidades e performance dos trabalhadores indígenas, de que não havia diferenças em termos de produtividade e desempenho entre indígenas e não-indígenas, mas que sabia haver muito mais ausência (absenteísmo) de trabalho por parte dos primeiros, muitas vezes, em razão de chuvas, de doenças de filhos, da ida do médico em acampamentos, de movimentos de manifestação social do grupo “nas coisas que eles fazem para pressionar o governo (em geral, obstruir rodovias), ou até sem nenhum motivo; eles não te dizem por quê”. A entrevistada informou também que as penalidades referentes às faltas não justificadas são as mesmas para todos os trabalhadores. Um dos indígenas entrevistados enfatizou que quando há conflitos no interior do grupo, ou “algum tipo de pressão que a gente faz, daí não vão trabalhar”, ou seja, dizem que sempre há algum motivo, ou de família, ou do coletivo/grupo “para não ir trabalhar”. O entrevistado discorda da afirmação de que faltam muito ao trabalho. Ele enfatizou que não possuía nenhuma falta em três meses que estava trabalhando; “se os outros faltam é por algum motivo

da família ou da gente aqui [ações coletivas]”. (Entrevista com indígena em acampamento, n. 11).

Nessa questão de faltar ao trabalho, os indígenas, pelo menos em alguns momentos, imprimem ou fazem valer seus valores, seus costumes, suas leis, sua intencionalidade maior, que é a luta pela terra. Trabalhadores indígenas entrevistados disseram que o trabalho é pesado, difícil, muito cansativo, principalmente no turno da noite e, por isso, sua idealização maior é a conquista e o trabalho na terra. A atividade de assalariado nos frigoríficos é entendida, por todos os que conseguimos contatar, como temporária. Por isso, em alguns momentos, eles se autogovernam, secundarizam e se submetem às penalidades das normativas trabalhistas e das empresas contratantes e têm a consciência de que o que buscam nas atividades industriais é o suficiente para sustentar a família. Portanto, o desconto de alguns dias, em razão de faltas não justificadas, por um motivo correspondente com a legislação e/ou determinações da empresa, não lhes é tão importante; são racionalidades adaptativas que vêm ao encontro de seu horizonte coletivo, familiar e cultural; temporalidades entrecruzadas de vividos e que são reconstituídas e resinificadas em contextos outros, mas que dão o tom de certa autonomia e preservação do coletivo. Esses elementos revelam algumas especificidades dos indígenas em suas relações e obrigações familiares, com o coletivo/grupo, sua cultura relacionada às lidas na terra, às estações e às crenças.

Entrevistadas nas empresas enfatizam que há uma política de alterar e alternar atividades junto aos trabalhadores e permitir “treinamentos específicos, de curta duração, para cada tarefa [...], também para evitar lesões” (Entrevista com responsável pelo setor de recursos humanos de um dos frigoríficos, n. 15). Porém, indígenas disseram que haviam tido poucas alterações nas atividades exercidas desde que começaram a trabalhar na empresa em que estão. Alguns já estão há quase 10 anos trabalhando em setores que se repetem nos frigoríficos. Um indígena entrevistado nos disse que “sente muita dor nas mãos”, pois atua há mais de três anos entre o abate e a desossa no frigorífico de seu município. A entrevistada informa que muito raramente “eles te trocam de setor; eles te contratam para isso e você vai ficando”. Um responsável da empresa pelo setor de abate disse que “os índios têm pouca destreza. Isso pode levar algum tempo antes deles começarem a desempenhar atividades”. Em geral, como já vimos, a presença indígena se dá em atividades de carregamento e

descarregamento de insumos e animais, de corte de carne, em espaços de necessidade de força física.

Entrevistadas do setor de recursos humanos enfatizaram que “quando há conflitos internos, com o cacique principalmente, eles migram de um lugar para outro e largam o emprego, depois de alguns meses, eles retornam e pedem o lugar novamente que já foi ocupado. Eles agem assim”. Uma delas informou que já teve mais de 20 indígenas em seu quadro de funcionários. Num outro frigorífico, tivemos informações da existência, em alguns meses atrás, em torno de 15 indígenas, porém, a entrevistada não sabia informar se eram de reservas e/ou de acampamentos. “Faz um bom tempo que temos índios aqui; já é normal aqui na empresa”. A entrevistada disse que há uma mescla de trabalhadores indígenas provenientes de ambos os espaços. Isso também permite certo intercâmbio de informações, contatos informais e integração entre ambos, “até junto com os imigrantes nós temos indígenas. Eles trabalham muito juntos” (Entrevista com responsável pelo setor de recursos humanos de um dos frigoríficos, n. 15).

Num dos acampamentos, onde havia mais membros que trabalhavam de assalariados permanentes, vimos por meio do relato de cacique entrevistado, que dois trabalhavam de serventes de pedreiro, três em frigoríficos, um numa transportadora, outro para um cerealista da região, dois numa fábrica de erva mate, porém, nessa atividade, haviam começado recentemente. Na realidade, os trabalhos são variados, alterados constantemente, o que era para ser caracterizado como temporário ou sazonal, acaba ganhando essa conotação. As variáveis envolvidas são múltiplas e dinâmicas; não há regramentos definidos; as circunstâncias vão produzindo as (situ) ações.

Um indígena que estava conosco, juntamente com o cacique e o seu vice, havia “pedido as contas” na semana anterior, de um frigorífico na região, alegando “trabalho perigoso e pesado”. O referido não chegou a trabalhar 15 dias. Seu setor era a desossa. Ele disse que não tinha experiência, mas era o único setor que a empresa precisava naquele momento, mas achou perigoso “para quem não tinha experiência. Então saí e estou esperando me chamarem para outro setor” (Entrevista com indígena em acampamento, n. 14). Sua esposa, que estava próxima no momento da entrevista, fez questão de dizer que ela tinha “encontrado emprego”, por isso seu marido podia ficar em casa e cuidar dos filhos. Ele nos disse que levantava às 04 horas da manhã e, por volta das 04:30 ou 05:00 “o ônibus passava e

carregava o pessoal daqui e de outros lugares também. Nós chegávamos as 07 horas para começar a trabalhar”. Nesse caso, os indígenas, andavam mais de 80 km entre o local do acampamento e o frigorífico.

Pudemos constatar que houve e ainda há certa barganha das lideranças indígenas frente às empresas que contratam trabalhadores dos acampamentos. Eles utilizam o argumento de que possuem um número elevado de indígenas que saem do interior do grupo. Essa barganha pode se efetivar em torno do custo do transporte (que, em geral, torna-se gratuito), das cestas básicas, do valor do salário pago, das horas extras, de trabalhar todos juntos num turno só para facilitar a sociabilidade e as obrigações no interior do acampamento e, com isso, não produzir tempos diferenciados em relação aos padrões da vida cotidiana previamente definidos por eles.

Disse-nos um cacique de um acampamento que “a maioria aqui trabalha à noite, ou varia em algum período; mas daqui, ela (empresa) tem bastante gente e com horários variados. A gente não gosta disso, porque fica ruim aqui para nós”. O referido líder reclamou que agora “os estrangeiros (em geral, senegaleses e haitianos) estão tomando o lugar deles; aí ela (empresa) não tem mais o custo do transporte. Para eles (empresas) ficou mais barato. Tem gente aqui que está sem trabalho por causa disso”.

Chamou-nos a atenção essa afirmação da concorrência entre imigrantes e indígenas por trabalhos nos frigoríficos. Desse modo, atividades braçais e insalubres estão sendo absorvidas por imigrantes. Um indígena de um acampamento entrevistado, disse-nos que, em alguns momentos, é a empresa que os procura para se inserirem no universo do trabalho, porém, em outras circunstâncias, são os indígenas que demandam o setor de recursos humanos. Até então foi a primeira a mais dimensionada, em razão da possibilidade de contar com um grupo elevado para trabalhar no mesmo horário, etc., porém, o interlocutor enfatizou que, com a concorrência com os imigrantes, “agora é a gente que está indo procurar”.

Diferenciações, alterações e racionalidades no cotidiano vivido

Indígenas entrevistados dizem que o dinheiro adquirido com o trabalho externo no horizonte empresarial regional propicia melhores condições para a família. Não há socialização dos ganhos no interior da comunidade; se ela acontece, entre algumas famílias mais próximas (parentes, em particular), é de forma aleatória, não como regramento grupal.

No caso da realidade de um grupo acampado que, no momento de nossa visita, havia mais de 20 indígenas “que trabalhavam fora”, segundo um entrevistado, eles participam com um pouco mais de recursos para o grupo em momento de auxílio e contribuição nas atividades comunitárias, deslocamentos de membros do grupo do acampamento para participar de eventos, reuniões, viagens do cacique à Brasília e/ou Porto Alegre e também para outros acampamentos para reuniões, manifestações, enfim, algo que esteja em correspondência com a luta social e a organização do grupo. O entrevistado informa também que houve um aumento muito grande de aquisições de objetos e utensílios domésticos nas moradias, nos usos pessoais, no campo das redes de informação (celulares, TV a cabo, internet), nos meios de locomoção (carros e motos).

É perceptível que o acervo de mercadorias que a remuneração do trabalho industrial vem promovendo no interior do grupo propicia condições para que algumas mulheres possam trabalhar no artesanato, em algumas atividades externas como é o caso do trabalho doméstico em casas de família, em colheitas de maçã no seu período sazonal. Nesse sentido, enfatizamos que as realidades e as relações produzem algumas diferenciações no interior dos grupos. O que evidenciamos é que nas famílias em que há trabalhadores do setor industrial ou de outra atividade remunerada, a dinâmica mercantil é reveladora dessa intensa inserção dos indígenas na sociedade de consumo. Um cacique nos disse que “o dinheiro fica para cada um na sua família, mas sempre que a gente necessita para a causa do grupo, se pode contar”. Ele enfatiza que quem ganha mais contribui mais, nesse caso, em geral, são os que trabalham nos frigoríficos. O referido não reconhece que haja diferenciações internas tão nítidas entre os que ganham como assalariados e os que não participam de atividades laborais remuneradas em tempo permanente. Segundo o interlocutor, todos os homens, pais de família e os jovens em idade laboral, encontram alguma forma de trabalho para gerar renda em suas famílias. “Nisso as mulheres, também, de alguma forma, participam. Aqui, cada família tem de encontrar o meio de seu sustento”, disse-nos um cacique entrevistado. Esse sustento pode vir de atividades sazonais, de venda de artesanato, da renda gerada por políticas sociais e previdenciárias no interior do grupo, por relações com parentes e/ou familiares que permaneceram nas terras indígenas de origem e atuam em algumas atividades geradoras de renda, em particular, na agricultura e/ou agroindústrias familiares existentes nesses espaços. Alguns acampados retornam, sazonalmente, para seu território de origem para realizar algum

tipo de atividade produtiva que lhes permita alguma renda para a família. Diz um vice cacique, em momento de entrevista, que os indígenas se mobilizam para obter o sustento da família, “[...], nas aldeias, a agricultura não estava mais sustentando as famílias; uns buscavam trabalhar fora. [...]. Em Passo Fundo, você é de lá, você vê muito índio vendendo nossos artesanatos. Nós sempre buscamos ganhar um dinheirinho aqui e ali. [...]. Os jovens ficam aqui se eles tiverem renda”. (Entrevista com vice cacique em acampamento indígena, n. 3).

A dimensão relativa das concepções se expressa também na opinião que obtivemos de um líder de grupo (filho do cacique) num acampamento, o qual disse-nos que “é bom o trabalho fora”, pois, segundo ele, dá mais poder aos indígenas, torna-os membros de um horizonte social e de consumo, bem como torna a ação do cacique determinante; é ele que, em alguns momentos, barganha com os representantes das empresas que “buscam a gente para trabalhar” (Entrevista com indígena, n. 9). O entrevistado disse que ele tenta incorporar algumas vantagens, ou reduções de custos. O referido líder, que também já trabalhou numa empresa de construção civil e em outras atividades, disse que a experiência dura do trabalho externo faz eles mais adeptos à luta pela terra, “para nós e as gerações de nossos filhos, pois vai sobrar isso [trabalho assalariado] se não conseguirmos a terra”. Na narrativa do referido, podemos deduzir que as mudanças e adaptações a outros horizontes tornam os indígenas mais resistentes, trazendo resultados positivos para o grupo. “É bom que eles vejam como é trabalhar nesses lugares para valorizar nossa luta e a terra”, diz ele (Entrevista n. 9).

Nessa dimensão, o trabalho assalariado é racionalizado como uma estratégia, como algo que contribui para a luta, como um elemento contraditório que, na labuta cotidiana, a penúria e o sacrifício tornam-se redentores e imprescindíveis na demanda pela terra. Talvez isso também possa ser racionalizado como proteção frente a uma possível não vitória em relação à demanda da terra, da dificuldade, em razão disso, de retornar para a aldeia de origem, da luta muito longa para obter um espaço de uma nova terra indígena constituída pelo Governo Federal. Razões e conjecturas múltiplas podem estar movendo, de uma forma diferenciada, as ações dos indígenas e, como consequência, produzindo também situações específicas.

Há um acampamento que existe há 19 anos; nele, relações vão se cristalizando em razão de sua especificidade organizativa e de condições objetivas de existência e sustento. Um

cacique entrevistado disse que há muita dificuldade de organização interna para desenvolver ações que possam contar com todos. Chamou-nos atenção o fato de que ele disse que “já tem índio que já casou com branco, rapazes e moças” (Entrevista com cacique em acampamento, n. 4). Os contatos com atividades externas no campo do trabalho e do lazer, em particular, no espaço urbano (o acampamento praticamente se localiza num espaço limite entre a área rural com a urbana do município), bem como nas escolas, permite um conjunto de relações cotidianas mescladas entre os grupos. Nesse sentido, indígenas saíram do interior do grupo para unir-se e habitar com seus pares fora do acampamento; organizam suas vidas independentes do grupo de origem. Em razão disso, o cacique também demonstra preocupação, pois quanto mais a demora na decisão da “questão da terra”, mais difícil, segundo ele, manter o grupo coeso. O grupo é formado atualmente de 62 famílias, porém, segundo o interlocutor, “já teve muito mais”.

Esse horizonte do trabalho externo e das aquisições e contribuições aleatórias ao coletivo, dinamizado pela receita financeira de alguns membros de famílias indígenas (em geral, homens), têm também produzido alterações no cotidiano vivido nas famílias e no coletivo em razão das alterações temporais de presença física, de horários de trabalho (muitos deles, noturnos), de necessidades, descansar e dormir em turnos diversos e variados aos do grupo maior de convivência. Numa das casas que fomos informados que havia um membro da família [pai/esposo] que trabalhava num frigorífico, ao chegarmos lá, as 10:30 da manhã, sua filha disse que ele estava dormindo “porque trabalhou de noite”.

Esse processo foi percebido e entendido por nós como central na produção de alterações sociais entre os membros do acampamento, nas convivências familiares, na ritualidade cultural, na sociabilidade do grupo, na presença dos pais na vida dos filhos na escola, bem como vem produzido certa diferenciação na potencialidade de consumo e de incorporação de produtos entre os que trabalham fora e são assalariados e os que não o fazem. Ficamos com a convicção de que a presença constante do dinheiro nas famílias, viabilizada pelo trabalho nos frigoríficos ou em outro espaço empresarial, produz certa autonomia familiar em relação ao coletivo, possibilidades de aquisições de materiais e instrumentos necessários ao âmbito doméstico.

A autonomia em obter as coisas, em não necessitar, ou precisar menos dos vizinhos e parentes de coisas emprestadas (algo tão comum e cristalizado no cotidiano da cultura e

sociabilidade indígena), reduz e/ou redefine também os horizontes costumeiros do dar para receber-retribuir, de horizontes morais e das dádivas (MAUSS, 1974), presentes em universos de agrupamentos sociais tradicionais como o é em aldeias e muito mais em acampamentos. Esse horizonte se recompõe com os recursos existentes, com as exigências do grupo em sua especificidade. Nesse sentido, diz-nos um cacique entrevistado que, “[...], antes, na terra indígena, já realizavam atividades fora para ganhar dinheiro para eles, para família. Aqui vão os jovens e vai gente adulta, pai de família que precisa trazer o sustento. [...]. Aqui não tem muitas famílias, umas 20, mas não tem um pedacinho de terra, então os que podem trabalhar acham algum lugar”. (Cacique entrevistado em acampamento indígena; n. 5).

Em conversa com um vice cacique de um dos acampamentos, há expressão do temor das mudanças culturais, do fato de “se acostumar a trabalhar fora e ganhar o seu dinheiro, até mais do que se ficar aqui” e, não querer trabalhar na terra “que estamos lutando para reaver”. (Fragmentos de entrevista com vice cacique, n. 3). Essa já é outra expressão ou concepção diferenciada que obtivemos de outro entrevistado que nos disse que a dificuldade enfrentada em trabalhos externos poderia tornar os trabalhadores mais adeptos e convictos em relação à demanda pela terra. A idealização e a luta para obter a terra, segundo o vice cacique entrevistado, poderão sofrer esse viés, em razão também de que já são mais de 15 anos de acampamento e muitos de seus membros estão há tempo atuando como assalariados. Além desse aspecto, há a expressão dos limites de reprodução cultural que a vida e as condições limitadas de um acampamento produzem. “Crianças e jovens vão crescendo sem o contato com a terra, com as plantações, isso é muito ruim para nós”. O temor do entrevistado é que poderá haver intensa integração em âmbitos externos, como é o caso do trabalho industrial, e, desintegração cultural no horizonte coletivo e identitário, bem como ausência de possibilidade de integrar novos membros das gerações jovens em razão dos limites das condições de um acampamento, principalmente por vivenciarem situações de mais de uma década em ambientes improvisados e de total deslocamento socioambiental e cultural. Nesse sentido, indígenas e pequenos camponeses estão vivenciando realidades comuns em relação à permanência ou não de jovens nas unidades familiares nas regiões em questão.⁷ Um cacique entrevistado disse que os jovens “já estão acostumados” com a atividade industrial, principalmente no ramo de carnes. O acampamento já existe há 19 anos e, segundo o cacique,

⁷ Sobre as questões de jovens no meio rural na agricultura familiar, ver CARNEIRO, 2005: 243-262.

só faltaria o novo Ministro da Justiça (do atual governo Temer) assinar a homologação declarando que a terra é indígena. Nesse sentido, muitos jovens, vendo-se sem alternativas de sobrevivência no interior do grupo, inseriram-se com grande intensidade na atividade industrial como assalariados permanentes (SILVA; FERREIRA NETO, 2014).

Um dos caciques entrevistados dá ênfase ao fato de que é a morosidade da justiça em decretar “de uma vez a terra para nós” que faz com que as pessoas do grupo (homens e mulheres, mais esses que aquelas) busquem alternativas em espaços externos e que os jovens percam os vínculos com o grupo e tenham outras opções em seus projetos de vida.

Diz o cacique que “o frigorífico não renega a gente; eles precisam de gente para trabalhar. Tem outras firmas que também no início pegavam gente daqui, mas de uns tempos para cá não querem mais por represália, porque viram que estamos ganhando a causa da terra” (Entrevista com cacique em acampamento indígena, n. 4). Indagamos um indígena que estava conosco no momento da entrevista com o cacique do grupo sobre o fato dele estar sem trabalho naquele momento. Ele nos informou que antes de acampar havia trabalhado na cooperativa agrícola de seu município e numa empresa de cereais, mas que nenhuma delas o recontratou “depois que viemos acampar aqui. Quando eu estava em outra cidade [sic, município], eu trabalhei lá, mas agora estou sem emprego, porque eles dizem que não empregam índio, porque a Funai não quer. Mas é pura conversa deles; a Funai nem se envolve com isso e, como é que antes então dava?” (Entrevista com indígena em espaço de acampamento, n. 11).

Essa realidade do bloqueio de espaços de trabalhos para indígenas acampados que não sejam os dos frigoríficos esteve presente em vários momentos de nossa conversa com o nosso interlocutor (vice cacique) de um dos acampamentos. Ele confirmou que há “portas fechadas das empresas para os índios daqui”. Ele nos informou que os frigoríficos empregam muitos índios e que para os trabalhadores do acampamento é até bom, pois “vão todos juntos e saem daqui”. O frigorífico que o cacique se refere é uma empresa de grande porte e que possui mais de três mil funcionários na unidade. Essa fica a uns 10 km do acampamento. Nela, trabalhadores formam um amplo contingente, os quais, no seu conjunto, atuam no anonimato, em seus setores, em seus turnos variados; mesclam-se imigrantes, indígenas, camponeses que, em períodos sazonais, também atuam em algumas atividades, cidadãos, principalmente os que trabalham em atividades que envolvem força física braçal.

Lógicas do dinheiro e a luta pela terra

O espaço e o momento do acampamento são horizontes e dimensões de aprendizagem, socialização, sensibilização e idealização. Grupos sociais, indígenas ou camponeses, quando acampam como estratégia de luta pela terra, têm no acampamento um processo e um vivido de transição. Rituais, narrativas, místicas, simbologias, ações de luta, enfrentamentos, etc., são construções sociais reavivadoras e fortalecedoras de objetivos, de produção de pertencimentos aos grupos e às ações legitimadoras. Lideranças são produzidas, vividos do passado são retomados (conhecimentos, [situ]ações negativas, no caso os indígenas, de expulsão e de esbulho; vivências são lembradas e ressignificadas), projeções são efetivadas. Tudo isso se torna ingrediente de luta. O trabalho externo, assalariado ou não, está nesse horizonte das necessidades e demandas e é percebido, ainda que de forma diferenciada, em razão de objetivos maiores e de idealizações do grupo.

Vimos que há indígenas que, em razão da distância até o frigorífico e das horas trabalhadas, somadas aos intervalos nas empresas (para descanso, alimentação, espera do ônibus), permanecem até 13 horas diárias distantes da família. Segundo um cacique entrevistado, isso “é bem ruim porque não vive a vida da comunidade, das coisas que a gente faz aqui”. Segundo ele, o trabalho externo pode desenvolver distanciamento em relação ao grupo, ausência de pertencimento e perda dos vínculos com a comunidade. Por isso que o cacique entrevistado, ao ser indagado sobre o que está sendo feito para não produzir essa realidade que o preocupa, respondeu-nos que “é só depois quando teremos a terra; temos de montar daí pequenas agroindústrias para fazer eles (jovens) ficar aqui. [...]. Agora eles estão fora para ter uma renda na família e para eles” (Entrevista com cacique em acampamento, n. 4). O referido, ao apontar para as terras do entorno do acampamento, disse que “agora essas terras estão cheias de veneno, sem água e matas, tu vê só soja aqui, quando eles passam os venenos não tem quem aguenta o cheiro aqui. Nós temos de mudar isso tudo”. Alguns entrevistados deixaram claro que, após a aquisição da terra, pretendem largar o trabalho assalariado e se voltar para atividades que geram renda no interior da propriedade.

Insistimos no fato de que a realidade de vida de indígenas em acampamentos é de precarização das condições de habitação, espaços de sociabilidade e total ausência de autossuficiência econômica; não há possibilidade de produção agrícola, pois não há espaços

suficientes para isso. Os indígenas dependem constantemente do dinheiro para todas as coisas de que necessitam. Vimos pequenas hortas, algumas árvores frutíferas que, em razão do tempo longo de acampamento, já estão produzindo. Há criação de galinhas soltas, alguns pés de mandioca e não muito mais do que isso. “Aqui é para fora [meio rural], mas é como se a gente estivesse na cidade”, diz um cacique referindo-se ao fato de “ter de comprar tudo [...]. A gente tem umas galinhas e uns ovos aqui só; uns pés de mandioca ainda dá em algum lugar aqui” (Entrevista com cacique em acampamento, n. 7). Desse modo, o trabalho externo, em múltiplas atividades sazonais (colheitas de maçãs e de uva), em frigoríficos (bovinos e aves/suínos), em casas urbanas como domésticas, torna-se premente. Aliás, o argumento da demanda pela terra também se baseia no fato de que nas reservas de que são oriundos, há um bloqueio fundiário (pouca terra para reproduzir famílias) e o desequilíbrio entre a necessidade alimentar e o contingente populacional.

Praticamente todas as famílias acampadas são contempladas por políticas públicas federais (em particular, bolsa família), algumas delas possuem aposentados/as em seu núcleo. Essa receita contribui para as aquisições necessárias no núcleo familiar, bem como revela a intensa integração social dos indígenas no campo das políticas públicas gerais. Poucas famílias obtêm alguma renda e/ou produtos provenientes de aldeamentos de origem, de ramos familiares e parentais presentes nesses territórios. A presença de um contingente de crianças nas escolas também viabiliza a obtenção de alimentação escolar, realidade essa que auxilia, de uma forma indireta, o sustento da família.

Muitos dos saberes adquiridos em termos sociais e culturais dos indígenas são profundamente comprometidos no longo período de acampamento. Segundo entrevistas com caciques e outros membros de grupos presentes nesses momentos, há uma geração que está crescendo sem essa possibilidade de vivenciar na prática o processo de transmissão de saberes e consciência da necessidade como condição identitária e de sobrevivência com a terra.

Como já falamos, há o temor que as atividades externas, principalmente as exercidas por jovens no espaço industrial produzam também uma ampla contradição entre a luta pela demanda da terra e suas intenções de reprodução cultural e econômica e os interesses das novas gerações que estão se sociabilizando e incorporando valores de uma realidade de operários. Em algumas atividades artesanais, como já enfatizamos, é possível esse

intercâmbio entre gerações no acampamento, mas o problema é que elas não otimizam renda suficiente para a sobrevivência da família.

Insistimos na preocupação comum de entrevistados, em geral, caciques e vice caciques, que, em suas narrativas, falam dos limites dos acampamentos para além da dinâmica econômica, as quais se embasam, em grande parte, na dificuldade de ritualizar processos que galvanizam e integram o coletivo no horizonte do passado, da transmissão cultural e das crenças do passado, muitas delas embasadas no campo religioso em razão dos limites espaciais, da presença constante de outros credos religiosos (em geral, da Igreja Assembleia de Deus e outras também do campo evangélico), pelas dificuldades de reunir todos no mesmo horário em razão de tempos variados de trabalho, de descanso e de convívio familiar. Há questões limitadoras nas uniões conjugais em razão de desequilíbrios nas partes opostas que “compõem o quadro cultural que orienta a tradição da dinâmica matrimonial dos kaingang, em particular” (D’ANGELIS; VEIGA, 2003: 232).

A ausência de matas e rios inviabiliza a transmissão concreta de saberes em torno das práticas de caça, pesca, formas de cozimento de carnes, etc. Vimos que em alguns acampamentos, há matas em seu entorno, situação essa que permite indígenas adotarem estratégias de extrativismo de madeira, taquara e frutos. Isso permite alguma forma de incorporação cultural bem como de prática econômica na confecção de produtos artesanais. Algumas esposas de indígenas-operários é que acabam realizando essas atividades extrativistas em conjunto com outros membros do grupo.

Chayanov (1981) ajuda a compreender as estratégias adotadas pelos indígenas, tanto do trabalho externo, quando de estratégias de busca “na redondeza”, como um cacique nos disse, de alguma matéria-prima que viabiliza o equilíbrio familiar entre a satisfação e a demanda familiar. O pesquisador se refere a camponeses russos do início do século XX que adotavam estratégias de trabalho assalariado, de intensificação da penosidade do trabalho em razão da demanda de consumo em sua aleatoriedade. Para ele, o camponês tradicional busca combinar atividades agrícolas e não-agrícolas em razão de sua racionalidade interna de equilíbrio entre oferta e necessidades da família. As forças existentes na unidade familiar se envolvem em múltiplos espaços. As unidades familiares contam, em razão da necessidade do equilíbrio, com o auxílio inclusive das forças consideradas marginais, como é o caso de crianças e idosos. A intenção de mover as ações dos grupos tradicionais é apenas permitir

melhores condições de sua vida, o que eles denominam de “sustento”. Para Chayanov (1981), nessa racionalidade, há uma tendência em diminuir a intensidade do trabalho sempre que as necessidades familiares forem reduzidas.

Vimos em acampamentos, crianças buscando frutas nos matos (pinhão, em particular), idosos fazendo cestos de taquara, mulheres retornando das matas “da redondeza” dos acampamentos com feixes de taquaras. Essa combinação de atividades artesanais, com as industriais, bem como com algum tipo de cultivo e criação de animais no entorno dos acampamentos, revela essa pluriatividade estratégica e de racionalidade adaptativa dos indígenas acampados. São formas de diversificar a renda da família, envolvendo crianças e a família toda; dinamizam a cooperação de membros internos e externos; são formas encontradas pelos grupos para fazer frente aos limites impostos pela realidade de acampamentos.

A necessidade do dinheiro é condição primordial para a aquisição dos meios de vida, ou como eles dizem, “para a sobrevivência da família aqui”. Para isso, a unidade familiar explora os recursos humanos existentes e os saberes disponíveis, enfrenta os limites que a situação de acampado lhe impõe. É evidente que, em razão da impossibilidade de transformar o recurso da terra em renda, o trabalho assalariado apresenta-se como maior alternativa e expressão da hibridização de suas formas culturais e costumeiras, tendo o espaço urbano e os processos de trocas mercantis como canais mais intensos de sua cotidianidade.

Já vimos que não há em todas as famílias acampadas pessoas que trabalham fora. Algumas delas não o querem realizar por achar o trabalho pesado demais e descaracterizada da identidade indígena; outras porque, em razão de alguns ganhos com artesanato e políticas sociais, há possibilidade de equilibrar o trabalho e o consumo.

Sabemos que entre os povos tradicionais, o trabalho não era visto como fonte de riqueza material; era, sim, imprescindível para a subsistência, como valor de uso, como riqueza cultural e espiritual. Hoje, para muitos indígenas, ele ganha conotação de valor de troca. Na fala de um indígena, “há pouca coisa para fazer no acampamento. Nós precisamos buscar alguma coisa fora para sustentar a família; aqui quase todos têm família” (Entrevista com indígena em acampamento, n. 12). Para ele, é atribuição do homem a centralidade na busca de recursos para fazer subsistir os membros da família. Outra preocupação expressa pelo interlocutor é no tocante ao fato de que a vida no acampamento não possui muitas

alternativas. O dia a dia se repete. Alguns se deprimem. Há muita falta de recursos e condições objetivas de vida e de sociabilidade. Nesse sentido, a probabilidade do consumo de bebida alcoólica aumenta. Por isso que trabalhar fora passa a ser uma forma de evitar e superar essas situações limitadas, bem como a presença de igrejas evangélicas tende a auxiliar no controle social.

Alterações estão em curso e em correspondência entre indígenas de terras indígenas demarcadas e os grupos acampados. Obtivemos confirmações de que muitos indígenas, antes de acampar, já desenvolviam atividades externas na forma assalariada. Polanyi (2002) nos ensina que à medida que as trocas vão se intensificando na sociedade capitalista e, em particular, nos grupos tradicionais, reciprocidades são enfraquecidas, dádivas (dívidas morais) e cooperação são cada vez menos acionadas, o individualismo se sobrepõe ao coletivo, os pertencimentos sofrem afrouxamentos. Desse modo, os grupos sociais ficam mais propensos, motivados e atraídos para a apropriação de objetos de consumo da sociedade maior. Entendemos que a multiplicação de acesso a mercados, a qual não se dá sem a mediação do dinheiro, pode alterar algumas esferas e relações que eram desenvolvidas internamente pelo horizonte da gratuidade das ações.

As relações de reciprocidades interpessoais expressam estratégias de organização grupal e de sujeitos horizontais (em situação de igualdade de condições dos demandadores) para fazer frente aos limites vividos no interior do grupo e nas suas relações externas com outras aldeias. Na medida da aquisição de recursos externos, viabilizados pela identidade de operário, essa esfera estratégica é, em grande parte, rompida pela possibilidade de suprir individualmente os limites e as necessidades. E os pares ficam em situação diferenciada, rompendo a cadeia de ligação da dádiva (MAUSS, 1974).

É importante enfatizar que não é incomum a pluriatividade laboral indígena em horizontes externos, porém, muito em razão de demandas sazonais e de alguns trabalhos agrícolas. O que ocorre é que a atividade industrial não é sazonal, é intermitente e exigente a partir de canais institucionais, de regramento do trabalho, da função exercida no interior da empresa e da legislação trabalhista. Está havendo, portanto, nesse âmbito, no interior de alguns grupos indígenas, uma grande reconfiguração de relações e de vínculos sociais, pois é um processo de ganho econômico individualizado, não coletivo e comunitário.

A esposa de um cacique que estava junto numa das entrevistas, no interior de sua casa, enfatizou a ausência na família e na comunidade de um dos filhos seus, de 18 anos, que trabalha numa empresa de transporte. Diz ela que “ele fica até seis dias sem passar em casa, porque faz entrega longe”. Diz ela que no acampamento está longe de viver “como se vivia”; seus filhos pequenos não sabem caçar, “não tem mata aqui”, as festas tradicionais, de nascimento, casamento e morte também não são ritualizadas. “Quando acontece alguma festa, a gente vai numa outra aldeia que convida nós” (Entrevista com indígena em acampamento, n. 10). O que eles enfatizam é a preservação da língua materna. A mesma entrevistada falou da religião, em geral, da presença de pastores e de templos da Assembleia de Deus, que “é uma coisa boa para nós, mas os nossos costumes ficaram diferentes”. Os pastores cobram contribuições financeiras. Essa prática demanda ganhos monetários pelos crentes indígenas. Vimos que esse processo é comum nos acampamentos. Praticamente em todos eles há a presença de igrejas evangélicas e/ou neopentecostais.

As igrejas evangélicas são entendidas como importantes para auxiliar no regramento social, porém, indígenas dizem que elas alteram muito as crenças e, acreditamos, o quadro histórico-cultural da dádiva, dos costumes, do dom produzido no coletivo e que dava a colagem do pertencimento, da sociabilidade cultural e das crenças religiosas. Num dos acampamentos encontramos um indígena que era pastor. O referido disse que estava fazendo um curso preparatório e, na medida da obtenção dele, poderia dar assistência religiosa para alguns grupos indígenas de sua região.

As igrejas acabam ainda mais monetizando relações e, o seu pragmatismo no grupo produz uma correlação econômico-financeira associada aos horizontes religiosos e culturais em geral. Ainda que elementos da reciprocidade, de relações que produzem retribuições para além da sociabilidade capitalista, possam se fazer presentes (várias formas de trocas, auxílios, prestações sociais e comportamentais), obrigações morais que sempre deram a colagem grupal e exerciam a função de marcadores do passado, sofrem abalos.

A realidade de acampados, de espaço provisório, de espera por uma decisão “de Brasília”, como nos disse um cacique entrevistado, de sentir-se impotente frente a isso, de desesperança de alguns (e sua conseqüente desistência do grupo), pode produzir relações de difícil controle (depressão, infidelidades conjugais, afrouxamento dos laços sociais, bebidas,

desregramento do horizonte matrimonial, abusos de poder por algumas lideranças, etc.). Isso transforma e legitima o papel pragmático de algumas igrejas no interior do grupo.

Entendemos que elementos tradicionais, ainda que em situação de abalo e de redefinição, podem sim se mesclar com as novidades e dimensões consideradas modernizantes e/ou “coisa dos brancos”, como alguns, em entrevista, referenciam. A aquisição de carros e a sua manutenção foram enfatizadas como indutoras e consequências do trabalho externo. “Aqui os que estão trabalhando fora, na grande maioria, têm carro ou moto usada e, sustentar não é fácil”, disse-nos um cacique entrevistado. O alto custo monetário para possuir e sustentar tudo isso faz com que indígenas sejam induzidos e/ou atraídos para viver em mundos e culturas de intensa integração e/ou assimilação social com características capitalistas, de uma sociedade de alto consumo e de trocas generalizadas.

Em acampamentos há indígenas, em geral jovens, que estudam para além do ensino médio. Vimos um cacique que cursava uma faculdade à distância; outros cursando, na forma presencial, pedagogia, biologia, cursos técnicos para professor bilíngue; um indígena disse-nos que estava se preparando para cursar mestrado em antropologia na UFSC (Florianópolis), dentre outros. Alguns conseguiram bolsas de estudos, algum tipo de financiamento governamental, mas de qualquer forma, há necessidade monetária para que as realizações sejam de determinada forma. Indígenas têm consciência de que há um preço pela imersão nessa lógica da contrapartida monetária; há um grande investimento, mesmo em acampamentos, para o universo da formação acadêmica.

Em meio a esses processos todos, vimos que indígenas, de uma forma ou de outra, desenvolvem ações que imprimem reciprocidade. Dar-receber-retribuir são processos que se desenvolvem no cotidiano e servem de regramento, fonte de coesão e organização social (SABOURIN, 2011) de grupos tradicionais. Isso se manifesta nas trocas de serviços nas famílias, na utilização da mão de obra da família para a produção e, quando necessário, vender sua força de trabalho como forma de reprodução e o sustento cotidiano da unidade, nas divisões e socializações dos trabalhos considerados de gênero (cuidado com os filhos, preparar alimentação, artesanato, etc.), na doação de recursos monetários, nos empréstimos de produtos alimentares, na gratuidade de tempos dedicados ao grupo, no auxílio para a formação acadêmica para, na medida da obtenção da qualificação, atuar junto ao grupo de origem, etc. São dinâmicas que, mesmo redefinidas em alguns aspectos, fazem parte da

estruturação social do grupo (D'ANGELIS; VEIGA, 2003). Quando um cacique nos diz que podem contar com recursos fornecidos gratuitamente pelos que trabalham fora como assalariados para auxiliar nas atividades das demandas da luta do grupo, significa que algum tipo de dádiva (obrigação moral) acontece. O dinheiro, nesse sentido, serve para as demandas do grupo. O que disponibilizou recursos também está contemplado.

Nesse sentido, a necessidade do trabalho remunerado, em geral, externo ao território do grupo, torna-se um imperativo e uma premência. O dinheiro acaba sendo um elemento central na sociabilidade das relações do acampamento. Favareto (2007: p. 56) nos ajuda a compreender alguns elementos desses processos na medida em que diz que, "para compreender a evolução e o desenvolvimento das sociedades humanas, é preciso compreender seus mecanismos de estabilidade e mudança e como estas diferentes dimensões interagem". Deduzido disso, entendemos que a inserção indígena nos mercados (trabalho e das trocas) permite, em meio aos horizontes de mudança, certa estabilidade. Num cenário muito próximo do que estamos analisando, indígenas de terras já demarcadas há muito tempo também trabalham em várias atividades externas. Desse modo, racionalidades e contextos são dinamizados em razão das mudanças e estabilidades.

Considerações finais

A possibilidade de disponibilizar recursos financeiros de uma forma mais intensa permitiu com que indígenas melhorassem as condições "de sustento" do grupo social. Nesse sentido é que damos ênfase aos mecanismos de mudança e estabilidade e como esses interagem na racionalidade dos que as vivenciam ou estão inseridos (grupos sociais de pertencimento). O dinheiro do trabalho assalariado pode servir para reduzir o tempo de trabalho das atividades domésticas femininas e liberá-las mais tempo para as atividades artesanais, ou, então, para adquirir ornamentos, tinturas, enfim, alguns meios técnicos que facilitam a intensidade das atividades artesanais.

Não podemos esquecer que culturas e identidades não são sempre as mesmas; alteram-se no tempo. Elas são produtos da dinâmica social, de seus referenciais simbólicos, de seu diálogo com os tempos, das seleções dos elementos de significação que referenciam pertencimentos, de integrações e inserções sociais para além de seu universo de referência de até então, inclusive como forma de fortalecer a identidade grupal (CASTELLS, 2000).

Vimos que entrevistados, em meio a múltiplas preocupações em torno do trabalho assalariado externo, enfatizam que isso poderá auxiliar na demanda pela terra, como contraponto e redenção da luta, das dificuldades e precariedades vividas nos espaços de trabalho industrial. Por isso, horizontes culturais ganham formatos variados em razão das formas de manifestação e dos significados que as novas e/ou dinâmicas mais intensas de relações de trabalho externo e assalariado vão se constituindo em cotidianidade no interior de grupos indígenas.

As motivações econômicas são parte integrante da vida social. Os indígenas não estão fora desse horizonte. Por meio das narrativas obtidas, é possível entender que o trabalho externo hibridiza mais os seus referenciais de vida coletiva e cultural, porém, são estratégias que, na racionalidade manifesta, contribuem para a manutenção de, pelo menos elementos que consideram centrais para a sua estabilidade no mundo atual; ou seja, uma forma dinâmica e contemporânea para continuar a ser indígena (PINHEIRO, 2013).

Nesse sentido, concordamos com Cardoso e Oliveira (1978) e também com Chayanov (1981) no sentido de que há outras categoriais que também são econômicas, mas que, no interior dos grupos sociais, em particular de indígenas, ganham conotações variadas. Fatores da modernidade capitalista e/ou da denominada *cultura moderna* podem ser inseridos no interior desse grupo como forma de manter-se enquanto sujeitos sociais e, com isso, conseguir preservar alguns valores tradicionais que, na dinâmica da cultura e da identidade, constituem seu pertencimento e coesão social (MARTINS, 1997). Para exemplificar, é possível entender o trabalho externo do indígena como assalariado, não obstante sua lógica e as transformações que produz no cotidiano dele, como indutor, pela sua precarização e penosidade e/ou disponibilidade de recursos financeiros, de um processo de fortalecimento na luta pela terra, justificando, com isso, a importância e a necessidade de tê-la.

Entendemos que as identidades sociais são plurais, porém, todas buscam galvanizar (se) em pontos de ancoragem (CANCLINI, 2008). A luta pela terra, a manutenção da língua, os casamentos entre pares opostos e as dádivas que ainda existem se transtemporalizam e servem-se do passado ainda que redefinidas e redimensionadas em razão de intencionalidades dos grupos envolvidos e de contextos históricos adequados. Canclini (2008), em sua teoria da *hibridização cultural*, coloca que as culturas e as identidades correspondentes vão se transformando em suas interações e contextos históricos e que abrangem diversas mesclas

interculturais. Hibridização não é uma mera apropriação ou adaptação, não implica sujeição do tradicional ao moderno ou ao que foi considerado hegemônico; é, sim, uma recriação cultural, um resultado complexo de descentralizações de tradições e de suas simbologias galvanizadoras, de intercâmbios modernos e de múltiplos agentes combinados. Desse modo, contextos e intencionalidades de grupos sociais desenvolvem e/ou induzem maneiras diferentes de construir os traços que definem os grupos. Nesse sentido, diz um cacique que, sintetizando o que vimos discutindo, ou seja, os fenômenos culturais em dinamismo e readaptação:

“[...] A gente pode ter tudo que nem os brancos; não vamos deixar de ser índio. [...], temos nossa língua e costumes. Não é porque trabalham nas firmas que não é mais índio. Nós queremos ter o que o branco tem sem deixar de ser índio. O que tem sim é preconceito que índio não trabalha, bebe cachaça, que estamos aqui para tirar a terra dos brancos. Era terra nossa. [...]. Nós vamos trabalhar e produzir, do nosso jeito, na nossa cultura. Nós precisamos da terra para a nossa cultura, para nossos filhos”. (Entrevista com cacique em acampamento indígena, n. 6)

A inserção de indígenas no universo do trabalho externo pode ser indicativa de um intenso processo de integração social, de saída de sua situação de empobrecido, de inutilidade e/ou deslegitimação da demanda pela terra, de um sujeito passível de assimilação na sociedade de consumo e de seus referenciais. Tudo isso pode ser verdadeiro, porém, também, pode ser compreendido em razão dos limites de sobrevivência e da precariedade dos recursos que a sociedade não-indígena produziu e que os vitimou; pode ser visto como uma estratégia de fortalecimento da demanda e da luta pela terra.

Em razão do tempo do acampamento, da morosidade nas decisões governamentais, dos recursos limitados para obtenção de montantes financeiros, jovens e adultos necessitam buscar equilíbrio na sustentação de suas famílias. Mas, a grande preocupação nesse horizonte, expressa por entrevistados, é o fato de que adolescentes e jovens não possuem oportunidades de socialização de saberes, aprendizagens, relações e ritualizações no interior do grupo em razão da precariedade de condições que identifica um acampamento. A busca de trabalhos externos por parte desses coloca em cheque o pertencimento presente e futuro dos referidos no interior dos agrupamentos. Há jovens e adultos com um bom período de carteira assinada (mais de uma década) em trabalhos externos assalariados. Isso pode diferenciar intencionalidades, desejos, contatos e produção na terra.

Portanto, relações de trabalho externas ao território de convívio cotidiano revelam não serem apenas ações produtivas mercantis. Elas demonstram serem transformadoras, produtoras de instabilidades, temores, diferenciações e integrações, produtos de uma realidade histórica e contextualizada; são expressão de complexidades que se revelam no vivido social desses grupos.

Referências

CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CARDOSO de OLIVEIRA, R. *Identidade, etnia e estrutura Social*. São Paulo: Pioneira Editora, 1978.

CARINI, Joel. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-262.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALHEIRO, Aline da Rocha. *Trabalho assalariado na Terra Indígena Mangueirinha: análise das estratégias Guarani e Kaingang*. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Mestrado em Desenvolvimento Regional, Pato Branco, 2015.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1981.

D'ANGELIS, Wilmar R.; VEIGA, Juracilda. Habitações e acampamentos hoje e no passado. In: *Cadernos do Ceom*, Ano 17 nº 18, Chapecó, p. 213-241, 2003.

FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: FAPESP/Iglu, 2007.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974. v. II.

PINHEIRO, Maria Helena Amorin. *A emergência do ritual do kiki no contexto contemporâneo*. Curitiba: UFPR, 2013. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.

PIRES, Maria Ligia Moura. *Guarani e Kaingang no Paraná: Um estudo de relações intertribais*. Tese de mestrado em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília, 1975.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1944 [2002].

SABOURIN, Eric. *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SILVA, Luiz Fernando Nadal da. *A inserção dos indígenas no mercado de trabalho formal: uma análise da realidade do índio kaingang no Rio Grande do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso de Direito. Faculdade Meridional IMED, 2015.

SILVA, Nathália Thaís Cosmo da; FERREIRA NETO, José Ambrósio. A monetarização da vida social dos Païter Suruí. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 9, n. 1, p. 163-181, jan./abr. 2014.

SIMONIAN, Ligia. *Terra de posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), UFRJ, Rio de Janeiro, 1985.

TEDESCO, João Carlos.; KUJAWA, Henrique Aniceto. *Conflitos agrários no norte gaúcho: índios, negros e colonos*. Porto Alegre/Passo Fundo: Letra & Vida/IMED Editora, 2013.

Recebido em: 07 de setembro de 2018

Aceito em: 13 de dezembro de 2018